

Economia - Brasil

A responsabilidade de todos



confiança que vinham depositando no futuro do Brasil e, conseqüentemente, no êxito dos negócios que aqui fazem.

O governo, com a decisão de cortar gastos, está demonstrando à comunidade financeira internacional, em período pré-eleitoral, seu firme compromisso com a estabilidade da moeda e da economia. Ao mesmo tempo, revela, mais uma vez, que tem capacidade técnica, cabedal político e agilidade operacional para adotar medidas de alcance

mais imediato do que aquelas que dependem de aprovação do Congresso e da modificação de estruturas institucionais. É esse o sentido maior da decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de cortar parte do Orçamento que falta realizar este ano, bem como de, desde já, enxugar os gastos previstos para o próximo exercício.

O ministro Pedro Malan observou, em entrevista publicada domingo pelo *Jornal do Brasil*, que o caminho para a saída da crise é a credibilidade do Brasil aos olhos dos investidores estrangeiros. E a restauração dessa credibilidade — que foi momentaneamente abalada por fatores que o go-

sim, para outros temas, deixando as reformas fiscal, administrativa e previdenciária, de constituir cavalo de batalha de campanhas eleitorais. Oxalá essa compreensão perdure e o Congresso utilize as semanas de trabalho que ainda restam este ano para votar o que for possível. O presidente Fernando Henrique Cardoso, porém, não podia ficar à espera da ação do Congresso. O trabalho legislativo, afinal, por mais rápido e consensual que seja, segue ritos próprios que tomam algum tempo. E o tempo não corre a favor da economia brasileira, ultimamente.

A decisão de cortar despesas, para produzir um superávit que compense as perdas havidas com a crise das bolsas e seus efeitos secundários, foi a melhor possível, nas circunstâncias. O corte dos gastos orçamentários tem duplo efeito. Um deles é o de tornar mais fácil o fechamento das contas do governo, como dissemos acima. É objetivo importante em si mesmo, mas não o de maior impacto. Realmente relevante é a sinalização que o governo está transmitindo aos investidores estrangeiros, no sentido de restabelecer a

verno não podia controlar — depende de atitudes coletivas, que ultrapassam o âmbito do governo. Ele toma como exemplo a Argentina: "Partidos de oposição do governo definiram algumas áreas que eles acham que eram de interesse nacional, que não são objeto da competição pelo poder... Há uma total convergência entre as várias facções de oposição, lá, de que elementos-chave do programa econômico argentino são para ser apoiados, porque interessam ao país... A estabilidade do peso argentino é um tema suprapartidário e não partidário."

A aprovação das reformas é meta suprapartidária, necessária para a superação dos efeitos da crise

Esse não é um modelo apenas para a Argentina. É um modelo seguido por todos os países politicamente amadurecidos. Ao cortar despesas em ano eleitoral, o governo federal acaba de dar um passo decisivo, colocando-se no ponto exato da convergência dos interesses nacionais. É lá que devem se reunir os demais partidos, para a aprovação das reformas e de outras medidas que garantirão a estabilidade da moeda.

O presidente Fernando Henrique Cardoso percebeu, em momento oportuno, que as medidas tomadas até aqui para conter os efeitos da crise das bolsas são necessárias, mas não suficientes. O aumento temporário das taxas de juro e a pronta ação do Banco Central no mercado de câmbio foram remédios de emergência, para estancar uma hemorragia que poderia ter sido mais grave do que a que de fato ocorreu. Isso, porém, não basta para devolver a tranquilidade à economia brasileira. As contas do País continuam excessivamente dependentes do ingresso de capitais estrangeiros e assim será enquanto o Congresso não der ao governo os instrumentos necessários para que se complete o ajuste iniciado há três anos. Nos últimos dias, um número cada vez maior de líderes partidários finalmente compreendeu que as reformas que estão adormecidas no Congresso são vitais para a higidez da economia. A exceção dos srs. Paulo Salim Maluf e Luiz Inácio Lula da Silva — que têm projetos políticos próprios e estão engajados na política do quanto pior, melhor —, entre os dirigentes partidários parece prevalecer o entendimento de que a aprovação das reformas é uma questão essencial e, portanto, suprapartidária. O eixo das discussões e das campanhas partidárias deve se deslocar, as-